



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**ORIENTADOS, QUALIFICADOS E MASCULINIZADOS:  
A EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA ADOLESCENTES NO PARANÁ (1977-1984)**

Jorge Luiz Zaluski<sup>1</sup>

**Resumo:** A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou obrigatório a formação tecnicista de segundo grau e contribuiu para a reconfiguração do ensino escolar de todo o Brasil. O Estado do Paraná manteve-se firme para atender aos interesses dessa legislação, que, por meio do Serviço de Orientação Educacional desenvolvido nas escolas, contribuiu para que a proposta de ensino construída para as escolas do estado, existisse a “sondagem de aptidões” com a finalidade de melhor “qualificar para o trabalho”. Com o objetivo de compreender parte desse processo, como um estudo de caso, junto a documentação da Escola Tiradentes, instituição que integrava o Complexo Escolar Estadual do Paraná, busca-se perceber como parte das ações desenvolvidas nessa escola contribuíram para fortalecer distinções e desigualdades de gênero já existentes. Para isso, foram selecionados documentos produzidos pelo Serviço de Orientação Educacional da instituição, correspondente ao ano de 1980, referente às turmas de estudantes masculinos. Acredita-se que por meio dessa fonte é possível identificar parte dos interesses e concepções de ensino, das expectativas construídas em torno dos/as estudantes adolescentes, da concepção de masculinidade e das configurações do mercado de trabalho da época.

**Palavras-chave:** Educação para o Trabalho, gênero, masculinidade.

## INTRODUÇÃO

A atenção sobre a educação escolar para o trabalho serve-se constantemente como objeto de estudo em distintas pesquisas acadêmicas. Essas investigações permitem expandir o olhar sobre o ensino, e, além da possibilidade em perceber como as propostas educacionais estão envoltas a diferentes debates sobre metodologias, conteúdos e organização do ensino, cada vez, esses estudos, têm contribuído para auxiliar na compreensão sobre como o modelo educacional está imerso em um conjunto de questões políticas, configurações e tensões

---

<sup>1</sup> Doutorando, Programa de Pós-Graduação em História UDESC, Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). E-mail: [jorgezaluski@hotmail.com](mailto:jorgezaluski@hotmail.com)



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



socioculturais, dentre outras intersecções que tanto atingem o ensino escolar como são configurados por ele.

Conforme Otaíza de Oliveira Romanelli, no Brasil, desde a década de 1930, quando foram desenvolvidas as primeiras legislações para a educação escolar do país, a educação para o trabalho auxiliou a reconfigurar a desigualdade social existente. Mesmo que o ensino escolar tenha passado, a partir daquela década, por um lento processo de popularização, ainda existiam distinções que contribuíram para reforçar principalmente a desigualdade de classe. Essa observação pode ser justificada junto a análise das escolas técnicas para a formação dos filhos da população trabalhadora, ou em instituições educacionais que ofereciam o regime de internato, destinada principalmente à formação de “jovens trabalhadores”, como tentativa de solucionar distintos problemas sociais (ROMANELLI, 1998; BOEIRA, 2012).

Junto as configurações sociais a partir da condição de classe social, as legislações educacionais, ao mesmo tempo que acompanharam os debates em torno da compreensão sobre a infância, também contribuíram para firmar novos olhares sobre uma parcela da população. Como destaca Sílvia Maria Fávero Arend, “[...] as pessoas entre 0 e 18 anos passaram a ser consideradas ‘seres em formação’, tanto do ponto de vista corporal quanto psicológico” (ARENDA, 2013, p. 70). Assim, na medida em que foi sendo desenvolvidas novas propostas de ensino, a infância ao mesmo tempo em que serviu para delimitar as prescrições e interesses educacionais, fora constituída sobre a introjeção de que esse grupo era dotado de direitos (ARENDA, 2015). Ou seja, tanto a história da educação como a compreensão sobre a infância está entrelaçada por uma linha tênue em que as vezes parece difícil separá-las.

No Brasil, o modelo educacional proposto por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, expôs um projeto de ensino que contribuiria para construir maiores oportunidades tanto para o ensino como por meio dele. Principalmente para as meninas, que, a partir desse documento, passaram a receber, ao menos na letra da lei, uma educação escolar sem o propósito de reforçar as distinções e desigualdades de gênero. Uma ruptura com modelos de ensino desenvolvidos até aquele momento, em que o ensino das estudantes do gênero feminino, tinha entre os objetivos, o reforço e a manutenção das distinções desiguais de gênero, principalmente em relação ao casamento, cuidado com os/as filhos (ZALUSKI, 2018).



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Com a instauração do governo proposto por meio do golpe militar, em 1964, o ensino escolar também foi alvo de debates. Seja na tentativa de aliar aos interesses do novo governo, como na tentativa de conter mudanças vistas como ameaças comunistas, entre elas o do controle da sexualidade, a tentativa em barrar o debate e análise crítica desenvolvido por meio da educação escolar, assim como intervir no processo de formação dos sujeitos e que estivesse aliado aos ideais da ditadura civil-militar instaurada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971(LDB DE 1971), que teve grande repercussão por ter tornado o ensino técnico obrigatório, foi uma das propostas educacionais desenvolvidas em meio à ditadura civil-militar. Longe de representar apenas uma ruptura com as propostas de ensino desenvolvidas até aquele momento, essa legislação expressa parte dos interesses políticos almejados para a construção de um futuro desejado por meio do ensino escolar. Ou seja, a elaboração dessa lei não pode ser dissociada do contexto de sua produção e das diferentes influências recebidas tanto para a elaboração da legislação, como as modificações no ensino escolar e na sociedade desencadeadas a partir dela.

Entre as modificações instauradas a partir da LDB de 1971, a obrigatoriedade da formação de ensino técnico, voltado ao mercado de trabalho, para todos/as os/as estudantes, pode ter sido a de maior visibilidade. Pois, desde o ensino fundamental de 5º a 8º série, por meio da “sondagem de aptidão”, e amplificada no ensino de Segundo Grau, em que a conclusão do ensino estava condicionada ao cursar uma formação técnica com duração de três anos, a condição em ser estudante os/as colocaria ainda como futuros profissionais qualificados para assumir distintos postos de trabalho.

Junto a isso, a idade dos/as estudantes é outro ponto que merece atenção. Por meio da LDB de 1971 estendeu-se a obrigatoriedade do ensino dos 12 anos para os 14 anos de idade, momento em que se estivessem adequados à “idade escolar” condizente com a série e idade, os/as estudantes concluíram o ensino fundamental. Essa ampliação do percurso educacional pode ser percebida em conjunto com dois fatores que possuem estreita aproximação. O primeiro, da compreensão de que o ensino passa a ser compreendido como direito, no segundo, da ampliação das fases da vida, momento em que distintos discursos sobre a adolescência ganham maior visibilidade em diferentes espaços, entre eles na educação. Nesse sentido, a passagem pelas fases da vida, principalmente a adolescência, deveria seguir um



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



percurso trilhado por meio do ensino, não bastava apenas aperfeiçoar-se como futuro trabalhador/a, era preciso caminhar em conjunto com os ideais compartilhados pelo governo ditatorial.

No Estado do Paraná, com a intenção em atender aos preceitos da LDB de 1971, foi organizada uma força tarefa para adequar um modelo de ensino que dialogasse com a legislação nacional mas que estivesse em consonância com a proposta política econômica do Estado, desenvolvida desde o início da década de 1960.

Com o objetivo em perceber parte das reverberações da LDB de 1971 no Estado do Paraná, este texto pretende levantar algumas considerações sobre a proposta de ensino desenvolvida em Curitiba, capital do Estado do Paraná, e, como um estudo de caso, junto da documentação da Escola Tiradentes, instituição que integrou a implementação da proposta curricular para atender a referida legislação, pretende-se analisar sobre a educação escolar endereçada para os meninos.

Essa investigação apoia-se aos estudos sobre a interseccionalidade, oriunda do feminismo negro. Os aportes teórico-metodológicos advindos da interseccionalidade proporcionam uma ruptura epistêmica, uma sensibilidade analítica que auxilia para romper com narrativas hegemônicas e perceber como as (re)configurações sociais ao longo do tempo são constituídas em conjunto com distintos marcadores sociais, entre eles os de raça, gênero, idade e classe (AKOTIRENE, 2018; VEIGA, 2020).

### **MENINOS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ (1977-1984)**

Desde o início da década de 1960 o Estado do Paraná passou por constantes reformulações educacionais. Parte delas esteve aliada a projetos políticos de governo em que o ensino escolar integrava as projeções de futuro endereçadas principalmente ao crescimento econômico. A capital, Curitiba, está entre as cidades que mais sentiram o impacto tanto do desenvolvimento industrial e reconfiguração de um novo cenário urbano, como das mudanças provocadas no âmbito das relações de trabalho gradativamente intensificadas por novas exigências de qualificação profissional.

Quando promulgada a LDB de 1971, por cargo da Secretaria Estadual da Educação e Cultura (SEDUC), foi organizado uma “Equipe de Currículo”, em que professores/as estiveram encarregados/as em desenvolver um modelo curricular que conciliasse os objetivos



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



da legislação nacional e estivesse de acordo com os interesses político administrativos do Estado. O modelo curricular foi finalizado e impresso na Revista Currículo, em 1973, elaborada com a intenção de informar os/as professores/as sobre distintos assuntos educacionais.

Assim, tendo em vista a obrigatoriedade para o ensino de formação técnica em nível nacional, a “Equipe de Currículo” deveria sugerir disciplinas que atendessem as áreas de: Técnicas Agrícolas, Técnicas Industriais e Técnicas Comerciais. O modelo proposto para o Estado do Paraná atribuiu-se maior atenção às duas últimas. Acreditamos que esse olhar mais atento às áreas do comércio e indústria ocorreu devido à projeção atribuída à Curitiba, momento em que vivenciava-se na cidade a ampliação de trabalho nessas áreas.

Como forma de acompanhar a implementação do modelo curricular exigido para atender a LDB de 1971, e, diante da elevado procura de matrículas no Colégio Estadual do Paraná (CEP), localizado no centro da cidade, a equipe da secretaria da educação do Estado em conjunto com diferentes instituições escolares organizaram o Complexo de Ensino Estadual do Paraná.

Por meio do Decreto nº. 1358, de 23 dezembro de 1975, ficou autorizado a organização do Complexo de Ensino composto por 08 unidades educacionais, apenas o CEP oferecia formação de segundo grau, elevado à categoria de colégio, era a unidade Centro, as demais, Escola Tiradentes; Escola Dr. Xavier da Silva; Escola Professor Brandão; Escola Conselheiro Zacarias; Escola Dona Carola; Escola Aline Picheth e a Escola Amâncio Moro integravam o Complexo de Ensino.

O Colégio Estadual do Paraná possui uma longa trajetória na educação escolar paranaense, principalmente para Curitiba. Construído ainda em 1846, anterior a emancipação política da capital, desenvolveu distintas propostas educacionais que tanto marcam como interferiram na história da educação. Na década de 1940, dada as especificidades locais, crescimento populacional, aumento da procura de matrícula e relações políticas, o colégio recebeu um novo prédio em outro endereço. Nele, como uma entrada na sede administrativa do Estado, como um lugar de poder, esteve por muitos anos como o maior colégio da América Latina. Sua arquitetura imponente esteve aliada tanto aos interesses educacionais daquela época como em consonância com debates internacionais, entre eles motivados pela Segunda Guerra Mundial (CHAVES JUNIOR, 2004).



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Na década de 1970, momento de implementação da LDB de 1971, a instituição era procurada tanto por sua estrutura física, como devido a longa trajetória educacional, como um reconhecimento da qualidade de ensino oferecida e da equipe administrativa e de professores/as. Cabe destacar que a instituição possui uma estrutura física de destaque, principalmente na parte esportiva, pois manteve-se durante anos como a única instituição a possuir quadra de esporte e piscina olímpica, por exemplo, para atender às atividades de educação física. Assim, a organização como Complexo de Ensino tendo o Colégio Estadual como instituição centro, serviu tanto como uma forma de conter a procura pela instituição, como para projetar um modelo educacional para todo o Estado a partir de uma experiência local.

O funcionamento do Complexo de Ensino foi organizado com base nas distinções de gênero e idade. No período da manhã estudavam os estudantes do gênero masculino, sendo o período da tarde destinado às estudantes do gênero feminino. Nessa distribuição estava ainda a atenção a série/idade, em que as turmas de 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 7<sup>o</sup> séries estudavam nas “escolas extensões”, como a Escola Tiradentes, sendo a 8<sup>a</sup> série frequentada no Colégio Estadual do Paraná. Entre os motivos, as atividades esportivas dessa série exigiriam equipamentos específicos, entre eles as quadras e piscina. Ou seja, as instituições do Complexo de Ensino deveriam estar em consonância umas com as outras, principalmente em seguir a proposta curricular.

Em relação à formação para o trabalho, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, os/as estudantes deveriam receber uma educação endereçada às relações de trabalho. Como forma de ampliar e melhorar as propostas das disciplinas como “Técnicas Industriais, Técnicas de Serviços”, foi criado, em 1975, o Serviço de Orientação Educacional (SOE), que tinha como objetivo “levar o discente a realizar escolhas “conscientes”, “inteligentes” e “responsáveis” para realizar com acerto e convicção as suas escolhas profissionais e sociais” (SILVA, 2012, p. 38).

O SOE, em nível nacional, foi desenvolvido em diferentes contextos ao longo do século XX. Durante a ditadura civil-militar o Serviço de Orientação foi intensificado como uma tentativa tanto de auxiliar na “suposta escolha” profissional, mas principalmente como uma forma de controlar as ações dos/as discentes frente ao interesses do governo ditatorial instaurado no país, principalmente em relação a manutenção de valores morais vinculados à manutenção das distinções (e desigualdades) de gênero com o suposto combate à subversão.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

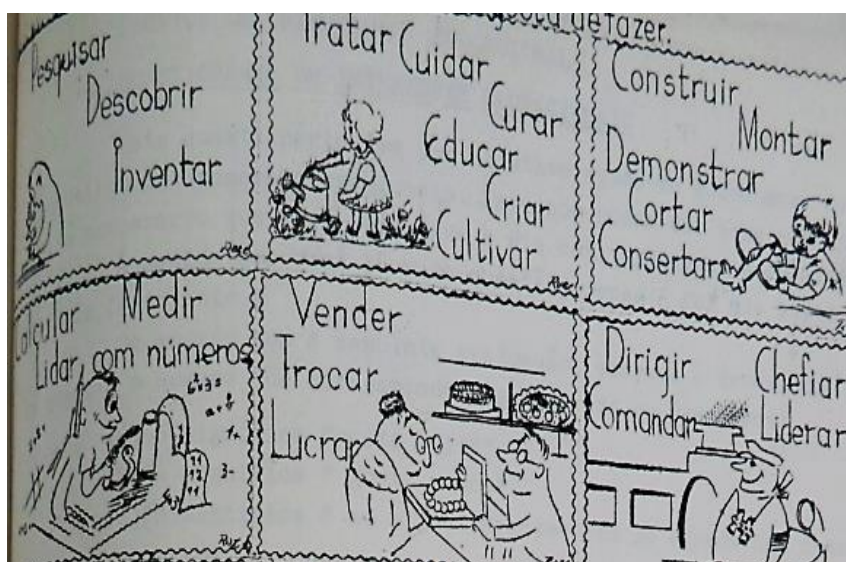


Na Escola Tiradentes, as atividades do Serviço de Orientação Educacional proporcionaram a construção de distintos documentos utilizados para o acompanhamento dos/as discentes. Desde sua criação em 1975, o SOE contou com um grupo de professores/as que tinham com o objetivo de atender especificamente os/as estudantes para auxiliar na escolha profissional. Nesse acompanhamento, foram elaboradas fichas com levantamento de idade, altura, características da organização familiar, condições econômicas, tempo de lazer e demais atividades desenvolvidas, acompanhamento médico, questionários de interesse profissional, dentre outros. Esses materiais, além dos discursos pedagógicos, foram desenvolvidos em conjunto com estudos vinculados às áreas da medicina e psicologia.

A instituição preservou parte dos materiais elaborados pelo Serviço de Orientação Educacional. Posterior ao acompanhamento anual, a partir de 1977, os documentos eram reunidos e encadernados no formato brochura (capa dura). Manteve-se a divisão de meninos nas turmas da manhã e meninas na turma da tarde, a organização elaborada pela equipe da instituição reuniu informações importantes para compreender parte do cotidiano escolar, das atividades do SOE e das configurações sociais daquele contexto.

A imagem 01, “Levantamento de interesse profissional”, demonstra parte das atividades desenvolvidas em conjunto com o Serviço de Orientação Educacional.

**Imagem 01: “Levantamento de interesse profissional”**



Fonte: Serviço de Orientação Educacional, 1980.



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Como comentado, durante a década de 1960 existiu um lento processo de avanço das meninas e mulheres ao espaço educacional. Junto a essa mudança gradativa, comparada a momentos anteriores, a educação das meninas também deveria proporcionar maior possibilidade de igualdade. Assim, ao menos na letra da lei, o currículo das meninas passou a ser o mesmo dos meninos. Quando instituída a LDB de 1971, não existiram de forma explícita recomendações que levassem em consideração reforçar as desigualdades de gênero. Contudo, práticas educacionais, demais instruções pedagógicas e até mesmo a organização da instituição não isentaram a manutenção ou reforço de desigualdades de gênero.

A imagem acima integra parte de um conjunto de atividades que buscam orientar os/as estudantes em distintas áreas de atuação profissional. Contudo, mesmo com um lento processo de conquista das meninas para uma educação igualitária, a proposta desenvolvida contribui para direcionar os/as estudantes com base em diferenças convencionais de gênero instituídas ao longo do tempo.

“Tratar; Cuidar; Curar; Educar; Criar; Cultivar”, foram direcionados à atividades profissionais destinada às meninas. Ao longo do tempo, a distribuição dessas atividades foi constituída com base na distinção e naturalização das desigualdades de gênero. Como em relação ao cuidado e criação das crianças, como correspondentes unicamente às meninas/mulheres.

Já em relação aos meninos, sem se esgotar a apenas um exemplo, o rol de escolhas e alternativas destinada à educação profissional masculina, além de possuir distintas possibilidades, as imagens e adjetivos atribuídos a cada uma integram parte das desigualdades de gênero constituídas ao longo do tempo e reforçadas pelo Serviço de Orientação Educacional. Com base no questionário que induzia a seguir uma resposta e reafirmada por meio das imagens, as atividades profissionais que exigem cálculo, força, liderança, tomada de decisões, como exemplo, foram dimensionadas como correspondentes aos meninos. Ou seja, de forma naturalizada a distribuição de tarefas e recomendações profissionais tinha como respaldo a manutenção de atividades desiguais, pensadas e encaminhadas com base na distinção de gênero.

É importante destacar que as transformações provocadas nas relações de trabalho também atingiram o modelo de ensino desenvolvido no Estado, em especial na capital, Curitiba. Entre as mudanças, novos setores de trabalho, principalmente nas áreas de





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



administração, construção civil e comércio, tiveram grande visibilidade. Quando configurado tanto o modelo curricular como as atividades da SOE, essas profissões receberam uma atenção especial, para que existisse a qualificação profissional de estudantes para atuarem nessas áreas. Assim, com base na observação da documentação do SOE, alteraram-se as relações de trabalho, principalmente com o surgimento de novas profissões. Contudo, essas modificações não visavam proporcionar a ruptura com as desigualdades de gênero estruturadas de longa data.

Para tanto, ao longo das modificações curriculares desenvolvidas tanto para atender distintas propostas educacionais, interferência do governo ditatorial ou até mesmo as transformações no cenário profissional, tanto a proposta em nível Estadual como a ação levada a cabo no Complexo Educacional, principalmente na Escola Tiradentes, podem ser interpretadas como uma reconfiguração das distinções de gênero que buscava orientar, qualificar e construir “um modelo” de masculinidade adequada para adolescentes, estudantes e futuros trabalhadores.

As recentes modificações no modelo curricular no Estado do Paraná, à luz das observações do historiador Henry Rousso, de um “passado que não passa”, nos instiga ainda a refletir sobre como a história está em constante transformação, mas, que, diante dos assombros de um passado que ainda nos incomoda, provoca efeitos e insiste no presente. Tal como destaca François Dosse, “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 06).

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018

AREND, Silvia Maria Fávero. Meninas. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



\_\_\_\_\_. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978–1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.7, n.14, p.29 - 47. jan./abr. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180307142015029> .

CHAVES JUNIOR, Sérgio Roberto. **A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná**: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2004.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05-22, jan/jun. 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petropólis: Vozes, 20 ed., 1998.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA, Alicia Mariani L. L.. Orientar, Cooperar ou Cooptar? O Serviço de Orientação no Colégio Estadual do Paraná (1971-1975). In: GONÇALVES, Nadia G., RANZI, Serlei M. **Educação na Ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba, Ed, UFPR, 2012. p. 37-50.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0101, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>

ZALUSKI, Jorge Luiz. Currículo, gênero e ensino: as demarcações de gênero por meio da educação escolar em Guarapuava-PR (1971-1983). **Revista Inter Ação**, 43(3), 2019. 755–769.. <https://doi.org/10.5216/ia.v43i3.48975>